

## GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

**Estudo Técnico Preliminar 56/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: a ser informado

**2. Descrição da necessidade**

**2.1** Os Hotéis de Trânsito do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) destinam-se a hospedar militares, servidores civis e colaboradores em deslocamento a serviço, devendo garantir condições adequadas de conforto, salubridade e bem-estar durante a permanência dos usuários.

**2.2** Considerando a elevada incidência de insetos na região e os riscos associados à saúde, especialmente quanto à proliferação de mosquitos vetores de doenças, torna-se imprescindível a adoção de medidas eficazes de proteção dos ambientes internos. Nesse contexto, a instalação de telas mosquiteiras em janelas, basculantes e demais aberturas constitui solução adequada, pois permite a circulação de ar e a entrada de luz natural, ao mesmo tempo em que impede a entrada de insetos, conforme descrito no documento técnico apresentado pela empresa fornecedora.

**2.3** De acordo com o levantamento realizado, há necessidade de instalação nos seguintes quantitativos:

- HTO: 56 telas deslizantes e 57 telas de sobrepor;
- HTG: 6 telas deslizantes e 6 telas de sobrepor;
- HTA: 60 telas deslizantes e 58 telas de sobrepor.

**2.4** As telas serão confeccionadas sob medida, utilizando materiais como fibra de vidro ou alumínio revestido, que apresentam elevada resistência, durabilidade, baixa necessidade de manutenção e proteção contra intempéries, incluindo exposição solar, chuva e umidade. Tais características garantem maior vida útil ao material, além de assegurar a integridade estrutural mesmo em condições climáticas adversas.

**2.5** Atualmente, os Hotéis de Trânsito do GAP-AF não dispõem de solução padronizada e eficiente para controle de insetos, o que compromete a qualidade da hospedagem e pode gerar desconforto aos usuários. A implementação das telas mosquiteiras proporcionará melhoria significativa na infraestrutura das instalações, contribuindo diretamente para a qualidade de vida, higiene e segurança sanitária dos ocupantes.

**2.6** Adicionalmente, a solução apresenta excelente relação custo-benefício, com baixa necessidade de manutenção e fácil limpeza, reduzindo custos operacionais ao longo do tempo e evitando gastos recorrentes com soluções paliativas.

**2.7** Dessa forma, a presente contratação mostra-se imprescindível para assegurar a melhoria contínua dos serviços de apoio prestados pelo GAP-AF, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Seção de Hospedagens e Encargos Especiais.	ROSALINA APARECIDA ALVES MALAQUIAS 2T QOCON ADM

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1** A contratação deverá atender às necessidades do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), especificamente dos Hotéis de Trânsito (HTO, HTG e HTA), contemplando o fornecimento e instalação de telas mosquiteiras, observando requisitos mínimos que assegurem funcionalidade, durabilidade, proteção contra insetos e adequada ventilação dos ambientes.

**4.2** As telas mosquiteiras deverão ser novas, sem uso, confeccionadas sob medida para cada abertura (janelas, basculantes e portas, quando aplicável), utilizando materiais de primeira qualidade, tais como fibra de vidro ou alumínio revestido, com comprovada resistência a intempéries, raios UV, umidade e variações climáticas.

**4.3** As estruturas deverão possuir acabamento adequado, com perfis firmes e resistentes, garantindo perfeita vedação contra a entrada de insetos, sem comprometer a estética das edificações nem a circulação de ar e iluminação natural dos ambientes.

**4.4** As telas deverão ser dos tipos deslizante e/ou de sobrepor, conforme a necessidade de cada instalação, devendo apresentar facilidade de remoção para limpeza, baixa necessidade de manutenção e alta durabilidade.

**4.5** A contratação deverá contemplar o fornecimento, transporte e instalação completa das telas, incluindo todos os acessórios necessários à fixação, vedação e perfeito funcionamento, sendo vedada a entrega de materiais sem a devida instalação.

**4.6** Os produtos deverão atender às especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência, incluindo dimensões sob medida, tipo de material, acabamento, sistema de fixação e compatibilidade com os locais de instalação nos Hotéis de Trânsito.

**4.7** O fornecedor deverá garantir a substituição, sem ônus para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, falhas na instalação ou avarias decorrentes do transporte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após notificação.

**4.8** A empresa contratada deverá cumprir integralmente todas as exigências constantes do Termo de Referência, Edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade técnica pela execução dos serviços, incluindo medições, fabricação e instalação.

**4.9** A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências do GAP-AF, especificamente nos Hotéis de Trânsito (HTO, HTG e HTA), situados na Av. Marechal Fontenele, 800 – Campo dos Afonsos/RJ, podendo ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma definido pela Administração.

**4.10** O fornecedor deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e, quando aplicável, atender às normas técnicas e de segurança pertinentes à instalação dos materiais.

**4.11** Caso aplicável, o fabricante dos materiais deverá estar regular no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, conforme a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, quando se tratar de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

**4.12** Os requisitos estabelecidos visam assegurar a adequada proteção dos ambientes internos dos Hotéis de Trânsito, promovendo conforto, salubridade, segurança sanitária e melhoria na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

**4.13** Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a baixa complexidade do objeto e o reduzido risco de prejuízos financeiros à Administração.

## 5. Governança, Transparência e conformidade

### Transparência e classificação da informação:

**5.1** Em relação à integridade e transparência do processo, a presente contratação deverá observar o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), garantindo o amplo acesso às informações, tendo em vista que o objeto — aquisição e instalação de telas mosquiteiras — não possui natureza sigilosa.

**5.2** Quanto à classificação das informações constantes deste processo, não há necessidade de atribuição de grau de sigilo, uma vez que todos os elementos relacionados à contratação possuem caráter público e não comprometem a segurança institucional.

### Justificativa para não utilização do catálogo eletrônico de padronização

**5.3** Este Órgão não utilizou o Catálogo Eletrônico de Padronização, previsto no inciso I do §1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, conforme orientações da Advocacia-Geral da União, pelos motivos a seguir expostos.

**5.4** A Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, instituiu o Catálogo Eletrônico de Padronização no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de uniformizar especificações e promover maior eficiência e economicidade nas contratações públicas.

**5.5** Contudo, após consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), verificou-se que o referido catálogo não contempla itens compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente no que se refere a telas mosquiteiras confeccionadas sob medida, com instalação inclusa, destinadas a edificações específicas, como os Hotéis de Trânsito do GAP-AF.

**5.6** Ressalta-se que o objeto possui características particulares, como necessidade de medição prévia, fabricação personalizada e instalação técnica, o que inviabiliza sua padronização nos moldes atualmente disponíveis no catálogo eletrônico.

**5.7** Dessa forma, a não utilização do catálogo eletrônico de padronização encontra respaldo no §2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Justificativa para exigência de qualificação técnica**

**5.8** No que se refere à qualificação técnica, entende-se como necessária a comprovação de aptidão da empresa para execução de serviços compatíveis com o objeto, incluindo fornecimento e instalação de telas mosquiteiras em edificações.

**5.9** A exigência de atestados de capacidade técnica visa assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução de serviços similares, especialmente no que tange à fabricação sob medida, instalação adequada e garantia de durabilidade dos materiais.

**5.10** Tal exigência justifica-se pela necessidade de garantir a correta instalação das telas, a eficiência na vedação contra insetos e a durabilidade do produto, evitando retrabalho, desperdício de recursos públicos e prejuízos à Administração.

**5.11** Assim, a qualificação técnica contribui para a seleção de proposta mais vantajosa, assegurando a execução eficiente, segura e satisfatória do objeto contratado, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## **6. Viabilidade da Prorrogação da Ata**

**6.1** Em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá ser realizada por até 12 (doze) meses, desde que devidamente justificada, observando-se o interesse público, a vantajosidade da medida, a boa execução contratual e a disponibilidade orçamentária.

**6.1.2** No presente caso, a eventual prorrogação da ata mostra-se conveniente para assegurar a continuidade do fornecimento e instalação de telas mosquiteiras nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF (HTO, HTG e HTA), especialmente em razão da possibilidade de demandas complementares, substituições, manutenções corretivas ou ampliações das instalações existentes.

**6.1.3** A manutenção da ata contribui para maior eficiência administrativa, padronização dos materiais empregados, celeridade no atendimento das demandas e economicidade, evitando a necessidade de instauração de novos processos licitatórios para objetos de mesma natureza.

**6.2** Dessa forma, este Órgão manifesta a intenção de prever a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, desde que comprovadas a vantajosidade para a Administração, a manutenção das condições inicialmente pactuadas, o desempenho satisfatório da contratada e a existência de disponibilidade orçamentária.

**6.3** A prorrogação permitirá a continuidade do atendimento às necessidades institucionais relacionadas à melhoria das condições de salubridade, conforto e proteção contra insetos nos ambientes dos Hotéis de Trânsito, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## **7. Levantamento de Mercado**

**7.1** Com vistas à adequada definição da solução para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para o fornecimento e instalação de telas mosquiteiras sob medida, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional, econômica e aderência às necessidades do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF).

### **7.2 Soluções disponíveis no mercado**

#### **Solução A – Contratações pontuais e descentralizadas**

Consiste na realização de contratações isoladas para cada unidade ou demanda específica.

Apesar de permitir atendimento imediato, essa alternativa apresenta desvantagens como:

- ausência de padronização das telas;
- maior custo unitário;

- aumento do esforço administrativo;
- risco de retrabalho e inconsistência na instalação.

#### **Solução B – Adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos**

Refere-se à adesão a atas vigentes que contemplem objeto semelhante.

Entretanto, verificou-se que:

- as atas disponíveis não contemplam serviços sob medida;
- não incluem, em geral, instalação técnica;
- não atendem às especificidades estruturais dos Hotéis de Trânsito (HTO, HTG e HTA).

#### **Solução C – Execução por meios próprios da Administração**

Foi avaliada a possibilidade de execução direta pelo GAP-AF.

Todavia, constatou-se que:

- não há equipe técnica especializada;
- inexistem equipamentos e insumos adequados;
- inviabilidade de garantir padrão e durabilidade.

#### **Solução D – Contratação por meio de processo licitatório próprio**

Consiste na realização de licitação pelo GAP-AF para fornecimento e instalação das telas.

Essa alternativa permite:

- padronização dos materiais e instalações;
- obtenção de economia de escala;
- contratação de empresa especializada;
- melhor controle da execução contratual.

### **7.3 Solução escolhida**

**7.3.1** Após análise das alternativas, conclui-se que a realização de processo licitatório próprio pelo GAP-AF é a solução mais adequada para atendimento da necessidade.

**7.3.2** A solução escolhida mostra-se:

- tecnicamente viável;
- operacionalmente eficiente;
- economicamente vantajosa.

**7.3.3** A contratação permitirá:

- fornecimento de telas sob medida;
- instalação adequada nos Hotéis de Trânsito;
- padronização das soluções;
- melhoria das condições de salubridade e conforto.

**7.3.4** Além disso, possibilita maior controle da Administração, melhor acompanhamento da execução e alinhamento às necessidades institucionais.

## 7.4 Análise dos custos e metodologia de preços

**7.4.1** Para a estimativa de preços, foi realizada pesquisa junto ao Banco de Preços, utilizando contratações públicas similares referentes ao fornecimento e instalação de telas mosquiteiras, considerando os quantitativos efetivamente levantados nos Hotéis de Trânsito (HTO, HTG e HTA).

**7.4.2** A pesquisa de preços contemplou serviços e materiais compatíveis com o objeto da contratação, incluindo:

- telas deslizantes e de sobrepor;
- fabricação sob medida;
- fornecimento e instalação;
- utilização de materiais resistentes, tais como fibra de vidro ou alumínio.

**7.4.3** A metodologia adotada observa as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Gestão e Inovação em Serviços Públicos na Instrução Normativa nº 65/SEGES/ME, de 2021, podendo ser complementada por:

- contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- consultas a fornecedores do ramo;
- dados de mercado atualizados.

**7.4.4** Os valores utilizados refletem preços praticados no mercado e registrados em contratações públicas recentes, compatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados, incluindo medição, fabricação e instalação.

**7.4.5** Dessa forma, a estimativa de preços atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

## 8. Descrição da solução como um todo

**8.1** Após a análise das soluções disponíveis no mercado, verificou-se que a alternativa mais vantajosa para a Administração consiste na realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de telas mosquiteiras sob medida.

**8.2** A solução proposta compreende a contratação de empresa especializada para fornecimento, fabricação sob medida e instalação de telas mosquiteiras nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF (HTO, HTG e HTA), com o objetivo de garantir proteção contra insetos, melhoria das condições de salubridade e conforto dos usuários.

**8.3** A contratação abrangerá:

- fornecimento de telas mosquiteiras dos tipos deslizante e de sobrepor;
- medição prévia nos locais de instalação;
- fabricação sob medida;
- instalação completa, incluindo todos os acessórios necessários; e
- utilização de materiais resistentes, como fibra de vidro ou alumínio revestido, com alta durabilidade e baixa necessidade de manutenção.

**8.4** A solução adotada permitirá:

- padronização das instalações;
- melhoria da ventilação e conforto ambiental;
- proteção eficaz contra insetos e vetores de doenças;
- redução de custos com soluções paliativas; e
- maior durabilidade e eficiência da infraestrutura.

**8.5** O modelo de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços possibilita a execução de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, considerando que a demanda poderá ocorrer ao longo do período de vigência da ata, conforme cronograma e disponibilidade orçamentária.

**8.6** Dessa forma, a solução mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, atendendo plenamente às necessidades institucionais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

#### **DA OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.7** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada em razão da natureza da demanda, cuja execução ocorrerá de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração ao longo do período de vigência da ata.

**8.8** Os quantitativos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter estimativo, tendo sido definidos com base no histórico de consumo, nas necessidades administrativas identificadas e na previsão de utilização, servindo como referência para o planejamento da contratação e instrução processual, não representando obrigação de contratação integral pela Administração.

**8.9** Considerando que a demanda poderá sofrer variações decorrentes das necessidades efetivamente verificadas durante a vigência da contratação, não é possível estabelecer com precisão o quantitativo exato a ser demandado para cada item.

**8.10** Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços revela-se a solução mais adequada, por permitir contratações futuras e parceladas, conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária, proporcionando maior flexibilidade, eficiência na gestão contratual, economicidade e racionalização da aplicação dos recursos públicos, evitando aquisições ou contratações em quantitativos superiores ao efetivamente necessário.

#### **DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.11** A realização de Intenção de Registro de Preços (IRP) poderá ser adotada, visando possibilitar a participação de outros órgãos interessados, ampliando a competitividade e promovendo ganhos de escala, conforme conveniência da Administração.

#### **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.12** Não será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, tendo em vista as especificidades do objeto, que envolve fornecimento com fabricação sob medida e instalação técnica, demandando controle rigoroso do quantitativo registrado e da capacidade operacional do fornecedor.

**8.13** A vedação à adesão justifica-se pela necessidade de garantir o adequado atendimento da demanda do GAP-AF, evitando sobrecarga do fornecedor, prejuízos à execução contratual e riscos à qualidade dos serviços prestados.

### **9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**9.1** As quantidades dos itens que compõem a presente contratação foram definidas com base em levantamento técnico realizado nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF (HTO, HTG e HTA), considerando a necessidade de instalação de telas mosquiteiras em janelas, basculantes e demais aberturas existentes.

**9.2** O levantamento foi realizado in loco, com identificação das aberturas que necessitam de instalação, bem como a verificação das características estruturais de cada ambiente, visando garantir a adequada vedação contra insetos e a padronização das soluções adotadas.

**9.3** As quantidades estimadas consideram o número total de vãos existentes nas unidades, bem como a definição do tipo de tela mais adequado (deslizante ou de sobrepor), conforme as especificidades de cada local.

**9.4** Conforme levantamento realizado, foram identificadas as seguintes necessidades:

- HTO: 56 telas deslizantes e 57 telas de sobrepor;
- HTG: 6 telas deslizantes e 6 telas de sobrepor;
- HTA: 60 telas deslizantes e 58 telas de sobrepor.

**9.5** Ressalta-se que os quantitativos foram definidos de forma precisa, considerando a totalidade das áreas que necessitam de instalação, não sendo baseados em consumo histórico, mas sim em demanda específica e previamente dimensionada.

**9.6** A adoção de quantitativos definidos visa garantir a execução integral do objeto, evitando aquisições fragmentadas e assegurando economicidade e eficiência na contratação.

**9.7** Eventuais ajustes pontuais poderão ser realizados durante a fase de execução contratual, mediante medições detalhadas pela empresa contratada, sem alteração substancial do objeto.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 51.308,19

**10.1** O custo estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada por meio da ferramenta Banco de Preços, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/SEGES/2021 e a Lei nº 14.133/2021, considerando os quantitativos levantados nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF (HTO, HTG e HTA).

**10.2** A pesquisa foi realizada no período de 04/05/2026 a 05/05/2026, com base em dados extraídos de contratações públicas disponíveis em bases oficiais, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o Portal de Compras Públicas .

**10.3** Para a formação do preço estimado, foi adotado o método da média aritmética dos preços obtidos, conforme previsto no art. 3º da IN nº 65/2021 .

**10.4** O valor estimado da contratação foi apurado com base nos seguintes itens:

- Tela mosquiteira deslizante (HTA/HTG) – 66 unidades – R\$ 311,39 (unitário) – R\$ 20.551,74
- Tela mosquiteira de sobrepor (HTA/HTG) – 64 unidades – R\$ 142,76 (unitário) – R\$ 9.136,64
- Tela mosquiteira deslizante (HTO) – 56 unidades – R\$ 230,00 (unitário) – R\$ 12.880,00
- Tela mosquiteira de sobrepor (HTO) – 57 unidades – R\$ 153,33 (unitário) – R\$ 8.739,81

Valor global estimado: R\$ 51.308,19 (cinquenta e um mil, trezentos e oito reais e dezenove centavos)

**10.5** A estimativa contempla o fornecimento completo, incluindo:

- fabricação sob medida das telas;
- materiais empregados (fibra de vidro ou alumínio);
- transporte;
- instalação nos locais indicados.

**10.6** Ressalta-se que os preços utilizados foram extraídos de contratações públicas recentes e compatíveis com o objeto, incluindo fornecimento e instalação, observando-se critérios de similaridade técnica, quantitativa e geográfica, conforme disposto na IN nº 65/2021.

**10.7** A utilização do Banco de Preços mostra-se adequada e suficiente para a estimativa do valor da contratação, por reunir diversas fontes governamentais e proporcionar maior confiabilidade, rastreabilidade e transparência ao processo .

**10.8** Dessa forma, o valor estimado atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, conforme disposto nos arts. 23 a 26 da Lei nº 14.133/2021.

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**11.1** Nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto da presente contratação, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**11.2** Contudo, após análise técnica, verificou-se que o objeto — fornecimento, fabricação sob medida e instalação de telas mosquiteiras nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF — não se mostra adequado ao parcelamento, por se tratar de solução integrada, composta por etapas interdependentes e indissociáveis.

**11.3** As atividades envolvidas, tais como levantamento de medidas in loco, fabricação personalizada e instalação técnica, exigem perfeita compatibilidade entre si, sendo executadas de forma coordenada por um único fornecedor, de modo a garantir o adequado funcionamento e acabamento do produto final.

**11.4** O eventual parcelamento do objeto poderia acarretar:

- perda de padronização das telas e dos materiais utilizados;
- incompatibilidades técnicas entre componentes e sistemas de fixação;

- dificuldades na gestão e fiscalização contratual;
- fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores;
- aumento do risco de falhas na execução e retrabalho.

**11.5** Ademais, a contratação de um único fornecedor proporciona:

- maior controle e rastreabilidade da execução;
- padronização dos materiais e acabamentos;
- melhor coordenação das etapas do serviço;
- redução de riscos operacionais;
- garantia de uniformidade estética e funcional das instalações.

**11.6** Ressalta-se que o não parcelamento não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto é amplamente ofertado no mercado por empresas especializadas com capacidade técnica para execução integral da solução.

**11.7** Nos termos do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não deve ser adotado quando houver prejuízo à economia de escala, à eficiência ou à execução do objeto, circunstâncias verificadas no presente caso.

**11.8** Dessa forma, conclui-se que a contratação deverá ocorrer de forma global, com critério de julgamento pelo menor preço global, assegurando maior eficiência, segurança na execução e vantajosidade para a Administração.

## **12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

**12.1** A presente contratação não depende de contratações correlatas ou complementares, tendo em vista que o objeto — fornecimento e instalação de telas mosquiteiras sob medida nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF (HTO, HTG e HTA) — pode ser executado de forma autônoma, com todos os insumos, materiais, mão de obra e acessórios necessários sendo de responsabilidade da contratada.

**12.2** Ressalta-se que a execução do objeto não exige integração com outros contratos vigentes, nem depende de etapas prévias ou posteriores vinculadas a outros processos licitatórios, sendo suficiente, para sua plena execução, a disponibilização dos locais para medição, fabricação e instalação das telas.

**12.3** Eventuais serviços de manutenção predial nos imóveis não interferem diretamente na execução do objeto, não configurando, portanto, relação de dependência que comprometa a contratação ora proposta.



### 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65 de 7 de julho de 2021 do Ministério da Economia, pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (Módulo 3), que, por sua vez, têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

13.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

13.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Plano de Trabalho Anual (PTA).

13.4. As contratações a serem realizadas pela Divisão de Obtenções e Contratos do GAP-AF são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio, MCA 172-4/2020 e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020) para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118/2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

13.5. No âmbito da GUARNAE-AF, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano Anual de Contratações (PAC). Ele contempla, desde o planejamento da demanda, até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação.

13.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do PAC e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.

13.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-AF confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM) e o GAP-AF é responsável pela elaboração do edital até a homologação.

13.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares – OMs envolvidas com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA, para esta Atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.

13.9. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

13.10. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.

13.11. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC, no entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas mediante justificativa apropriada.

13.12. O e-PAG no SILOMS contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.

13.13. Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda:

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL

<p><b>VEGETATIVA</b></p> <p>(Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)</p>	<p><b>GAP-AF</b></p>
<p><b>NÃO VEGETATIVA</b></p> <p>(Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)</p>	
<p><b>INTERESSE EXCLUSIVO</b></p> <p>(Atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)</p>	<p><b>UG REQUISITANTE</b></p>

13.14. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida e foi definida no PAC.

13.15. A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento passando agora à fase de execução.

13.16. Constata-se, à luz da DCA nº 11-1, que a contratação pretendida está integralmente alinhada ao planejamento institucional previamente estabelecido.

13.17. No que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

13.18. As contratações públicas descritas neste documento estão alinhadas ao Plano Anual de Contratações (PAC) da GUARNAE-AF, elaborado em conformidade com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

13.19 No que se refere ao alinhamento do objeto em questão com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS), ressalta-se que a presente aquisição foi projetada em conformidade com o planejamento estratégico da Guarnição dos Afonsos, observando os princípios e diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS). Nesse sentido, foram consideradas medidas de sustentabilidade, tais como: (i) priorização de produtos ambientalmente adequados; (ii) controle rigoroso das quantidades a serem contratadas para evitar desperdício; e (iii) atenção à conformidade com normas ambientais e certificações de produtos.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 A contratação para fornecimento e instalação de telas mosquiteiras nos Hotéis de Trânsito do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) proporcionará benefícios relevantes à Administração Pública e às Organizações Militares apoiadas, dentre os quais destacam-se:

- a) **Melhoria das condições de salubridade:** redução da entrada de insetos nos ambientes internos, contribuindo para a prevenção de doenças e melhoria da higiene dos alojamentos;
- b) **Aumento do conforto dos usuários:** possibilita a ventilação natural dos ambientes sem exposição a mosquitos e outros insetos, proporcionando melhores condições de hospedagem;
- c) **Proteção sanitária:** atuação preventiva contra vetores de doenças, especialmente em regiões com alta incidência de mosquitos;
- d) **Padronização das instalações:** uniformização das soluções adotadas nos Hotéis de Trânsito (HTO, HTG e HTA), garantindo melhor organização e apresentação dos ambientes;
- e) **Durabilidade e baixa manutenção:** utilização de materiais resistentes às intempéries, como fibra de vidro ou alumínio, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

f) **Economicidade:** redução de gastos com soluções paliativas, manutenção corretiva e eventuais substituições, além de aumento da vida útil dos ambientes;

g) **Eficiência administrativa:** execução do serviço por meio de contratação única, com planejamento prévio, evitando retrabalho e demandas emergenciais;

h) **Valorização da infraestrutura:** melhoria das condições físicas das instalações utilizadas para hospedagem de militares e servidores em trânsito;

i) **Melhoria da qualidade dos serviços prestados:** elevação do padrão de atendimento oferecido nos Hotéis de Trânsito do GAP-AF;

j) **Conformidade legal e atendimento ao interesse público:** alinhamento aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**14.2** A contratação permitirá a execução planejada e integral do objeto, evitando intervenções fragmentadas e garantindo maior controle da Administração sobre a qualidade dos serviços executados.

**14.3** A solução contribui para o adequado atendimento das necessidades institucionais do GAP-AF, especialmente no que se refere ao suporte logístico e administrativo às Organizações Militares da GUARNAE-AF.

**14.4** Ademais, a implementação das telas mosquiteiras fortalece as condições de habitabilidade dos Hotéis de Trânsito, refletindo diretamente na satisfação dos usuários e na eficiência do apoio prestado.

**14.5** Por fim, a contratação está alinhada ao planejamento institucional e às boas práticas de gestão pública, promovendo o uso racional dos recursos e a melhoria contínua da infraestrutura da Administração.

## 15. Providências a serem Adotadas

**15.1** As providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato visam assegurar que todo o processo de contratação transcorra com transparência, lisura e em estrita observância aos princípios que regem a contratação pública, especialmente os previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**15.2** Para a efetivação da presente contratação, será necessário que o processo licitatório siga regularmente seu trâmite, com o cumprimento de todas as etapas preparatórias da fase interna, incluindo a conclusão e aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), pesquisa de preços, análise de riscos, entre outros documentos exigidos.

**15.3** Em seguida, o processo deverá seguir para a fase externa, com a devida publicação do aviso de licitação, observância aos prazos legais, recebimento de propostas, julgamento, habilitação, eventual fase recursal e homologação do resultado, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

**15.4** Após a homologação, será realizado o registro de preços para o fornecedor vencedor, com base no modelo de ata de registro de preços, possibilitando a contratação futura conforme a demanda, dentro da vigência estabelecida e de acordo com as regras previstas no edital e na legislação vigente.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

**16.1** Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento e instalação de telas mosquiteiras para os Hotéis de Trânsito do GAP-AF, deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza dos materiais utilizados, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

**16.2** A empresa contratada deverá comprovar que os materiais empregados atendem, quando aplicável, aos seguintes requisitos:

**16.2.1** utilização de materiais duráveis e de longa vida útil, como fibra de vidro revestida ou alumínio, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, o impacto ambiental;

**16.2.2** emprego de materiais que não apresentem toxicidade ou riscos à saúde dos usuários, especialmente em ambientes de uso contínuo, como alojamentos;

**16.2.3** utilização, sempre que possível, de componentes recicláveis ou com potencial de reciclagem ao final de sua vida útil;

**16.2.4** resistência a intempéries (radiação solar, umidade e variações climáticas), de modo a evitar descarte prematuro e reduzir a geração de resíduos;

**16.2.5** adoção de processos de fabricação que minimizem desperdícios de matéria-prima e reduzam impactos ambientais.

### **16.3** Quanto às embalagens e transporte:

**16.3.1** os materiais deverão ser acondicionados de forma adequada, com uso preferencial de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, garantindo proteção durante o transporte e armazenamento;

**16.3.2** deverá ser evitado o uso excessivo de embalagens, priorizando soluções que reduzam o volume de resíduos gerados.

### **16.4** Quanto às restrições ambientais:

**16.4.1** não será admitido o fornecimento de materiais que contenham substâncias perigosas em níveis superiores aos limites recomendados por normas ambientais aplicáveis;

**16.4.2** é vedada a utilização de substâncias que causem danos à camada de ozônio, conforme o Protocolo de Montreal e a legislação ambiental vigente;

**16.5** Quando aplicável, o fabricante deverá comprovar regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), nos termos da Lei nº 6.938/1981.

**16.6** A comprovação dos requisitos de sustentabilidade poderá ser realizada por meio de certificações, declarações do fabricante ou qualquer outro meio idôneo que ateste o atendimento às exigências estabelecidas no Termo de Referência.

## **17. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **17.1. Justificativa da Viabilidade**

**17.1** A contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando que o objeto — fornecimento, fabricação sob medida e instalação de telas mosquiteiras — é amplamente ofertado no mercado por empresas especializadas, não havendo restrições quanto à disponibilidade de fornecedores aptos a executar o serviço.

**17.2** Do ponto de vista técnico, trata-se de solução simples, consolidada e de baixa complexidade, amplamente utilizada em edificações, o que reduz significativamente os riscos de execução e facilita o acompanhamento e a fiscalização contratual por parte da Administração.

**17.3** Sob o aspecto operacional, a execução do objeto é plenamente factível, uma vez que não depende de contratações complementares, possui etapas bem definidas (medição, fabricação e instalação) e pode ser realizada de forma programada, sem prejuízo às atividades rotineiras das unidades atendidas.

**17.4** No que se refere à viabilidade econômica, a estimativa de preços baseada em pesquisa no Banco de Preços demonstra compatibilidade com os valores praticados no mercado, evidenciando que o custo da contratação é proporcional aos benefícios esperados, especialmente no que tange à melhoria das condições de salubridade, conforto e durabilidade das instalações.

**17.5** Adicionalmente, a solução apresenta boa relação custo-benefício, com baixa necessidade de manutenção, elevada durabilidade dos materiais e redução de gastos futuros com soluções paliativas.

**17.6** Dessa forma, conclui-se que a contratação é plenamente viável, adequada e necessária, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **18. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EVANDRO PRESOTTI**

Chefe da Seção de Planejamento

**VANESSA DOS SANTOS PINTO**

Encarregada da Seção de Planejamento

**ADRIANA DA SILVA GOES**

Auxiliar da Seção de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	3. ETP
Data/Hora de Criação:	27/05/2026 13:12:29
Páginas do Documento:	13
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	14
Hash MD5:	9317aad8ac93367d1977254dd0747953
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VANESSA DOS SANTOS PINTO no dia 27/05/2026 às 10:15:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ADRIANA DA SILVA GOES no dia 27/05/2026 às 10:21:15 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DANIELLE LOPES ROQUE no dia 27/05/2026 às 14:23:06 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 27/05/2026 às 14:38:04 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO